

Bom dia



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
DE SEGURANÇA PRIVADA (CONTRASP)

Edição 12- 25 de abril de 2016

REPRESENTANTES DOS VIGILANTES DE ESCOLTA ARMADA REALIZARÃO ATO POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO NO RIO DE JANEIRO



É preciso acabar com a crescente criminalidade. A concentração exige do poder público e das empresas contratantes mudanças na segurança privada pela proteção a vida

Nesta quarta-feira (27/04) será realizado um ato em frente à Superintendência da Polícia Federal, na Praça Mauá/RJ, para alertar as autoridades sobre as péssimas condições de trabalho que enfrentam a escolta armada. A partir das 8 horas, a ação conta com a participação da CONTRASP – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança

Privada, juntamente com a Federação dos Vigilantes do Rio de Janeiro, do SINDVALORES/RJ, do SINDVIGRID e dos trabalhadores.

Será entregue o material da “Campanha Pela Vida na Escolta Armada” com as exigências para que os trabalhadores exerçam sua função com dignidade: a mudança nos carros atu-



ais para camionetas blindadas, armamentos mais potentes e quatro vigilantes por carro. Atualmente, os trabalhadores de escolta armada atuam desprotegidos com carro sem blindagem, armamento ultrapassado e a legislação define apenas dois vigilantes por carro.

“Essa é a lamentável conjuntura da nossa profissão. Chegou a hora de toda a categoria e seus representantes se unirem. É com melhores armamentos que teremos reais chances de diminuir o crime organizado e assim proteger a integridade e a vida dos trabalhadores”, defende Sérgio Luiz da Silva, Presidente da Federação do Rio de Janeiro e Diretor da CONTRASP. Ele lembra, ainda, sobre a necessidade da extensão do porte de arma para que os vigilantes conquistem a sua defesa e a da sua família.

A extensão do porte de arma e troca de armamento para os vigilantes de escolta armada e carro-forte

Com o objetivo de garantir a sua segurança e a de seus familiares, a extensão de porte

de arma está sendo cobrado pela CONTRASP perante as autoridades. Esta possibilidade se encontra na mudança do Estatuto do Desarmamento, o Projeto de Lei (PL) 3.722/2012, que autoriza o deslocamento do proprietário com o armamento municiado, em condição em pronto uso, fora do local de trabalho pelo qual seja responsável.

Já a troca de armamento é necessária para inibir as ações dos bandidos que não se intimidam ao atacar, sabendo que os vigilantes atuam somente com armamento obsoleto. Exigimos perante as autoridades a mudança do calibre 38, armamento muito ultrapassado, para a ponto 40, que carrega maior quantidade de balas. Para conseguir o mínimo de segurança necessária também é preciso que os vigilantes carreguem o fuzil AR 15 ou 556 na escolta armada e nos carros-fortes.

A CONTRASP levanta a bandeira da luta dos vigilantes em nome de milhares de companheiros que já perderam suas vidas.



SINDICATO DENUNCIA REDUÇÃO DE SEGURANÇA NO HOSPITAL DE PRONTO SOCORRO (HPS) NO RIO GRANDE DO SUL



A CONTRASP já vem alertando sobre a necessidade de valorização do profissional e apoia a ação pela ampliação do efetivo no local

O Hospital de Pronto Socorro (HPS) reduziu o quadro de profissionais que exercem a segurança no local. Mesmo com a necessidade de aumentar, o hospital diminuiu de quatro para três vigilantes, colocando em risco a segurança dos trabalhadores, pacientes e frequentadores locais. Na última sexta-feira (22) foi apresentado um documento em ato de protesto após uma invasão no setor de emergência do hospital, em que um homem armado invadiu e atirou contra um paciente.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada – CONTRASP se preocupa com os riscos e as consequências da falta de valorização da segurança privada, colocando em risco todos os envolvidos. “Em

um órgão tão importante, como não podem se preocupar com a segurança local? Reduzir o número só vai incentivar mais a criminalidade e quem sofre com os riscos e as consequências é a população”, questiona João Soares, presidente da CONTRASP.

A CONTRASP alerta que os problemas enfrentados podem ser ainda maiores: a redução do quadro do profissional de segurança privada pode aumentar a clandestinidade do negócio ilegal. A Confederação, em união com todos os envolvidos, exige a responsabilização do serviço de segurança, que deve ser prioritária.